

A COLUNA PRESTES E LAMPIÃO

UMA PELEJA NOS SERTÕES DO NORDESTE DO BRASIL

Helissandro Rocha da Silva

**A COLUNA PRESTES E LAMPIÃO: UMA
PELEJA NOS SERTÕES DO NORDESTE DO
BRASIL**

Helissandro Rocha da Silva

A COLUNA PRESTES E LAMPIÃO: UMA PELEJA NOS SERTÕES DO NORDESTE DO BRASIL

Edição 1

Belém-PA



2021

© 2021 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2021 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
R. dos Mundurucus, 3100, 66040-033, Belém-PA

Diagramação

Diogo Wothon Pereira da Silva

Design da capa

Priscila Rosy Borges de Souza

Imagens da capa

www.canva.com

Revisão de texto

O autor

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Gerente editorial

Nazareno Da Luz

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558892687>

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

S586

Silva, Helissandro Rocha da

A Coluna Prestes e Lampião: uma peleja nos sertões no Nordeste do Brasil /
Helissandro Rocha da Silva – Belém: RFB, 2021.

Livro em PDF

74 p.

ISBN 978-65-5889-268-7

DOI: 10.46898/rfb.9786558892687

1. Coluna Prestes. 2. História - Brasil. I. Silva, Helissandro Rocha da. II. Título.

CDD 981.05

Índice para catálogo sistemático

I. Coluna Prestes : História - Brasil



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe)

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga-UFPA

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo-IFMA

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva-IFPA

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Neuma Teixeira dos Santos-UFRA

Prof.^a Ma. Antônia Edna Silva dos Santos-UEPA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho-UFSJ

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares-UFPI

Prof.^a Dr.^a. Welma Emidio da Silva-FIS

Comissão Científica

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Me. Darlan Tavares dos Santos-UFRJ

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Francisco Pessoa de Paiva Júnior-IFMA

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo-IFMA

Prof. Me. Antonio Santana Sobrinho-IFCE

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza-UFPA

Prof. Me. Raphael Almeida Silva Soares-UNIVERSO-SG

Prof.^a. Dr.^a. Andréa Krystina Vinente Guimarães-UFOPA

Prof.^a. Ma. Luisa Helena Silva de Sousa-IFPA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva-IFPA

Prof. Dr. Marcos Rogério Martins Costa-UnB

Prof. Me. Márcio Silveira Nascimento-IFAM

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga-UFPA

Prof. Me. Fernando Vieira da Cruz-Unicamp

Prof.^a Dr.^a. Neuma Teixeira dos Santos-UFRA

Prof. Me. Angel Pena Galvão-IFPA

Prof.^a. Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof.^a Ma. Antônia Edna Silva dos Santos-UEPA

Prof.^a. Dr.^a. Viviane Dal-Souto Frescura-UFSM


Prof. Dr. José Moraes Souto Filho-FIS

Prof.^a. Ma. Luzia Almeida Couto-IFMT

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Ma. Ana Isabela Mafra-Univali

Prof. Me. Otávio Augusto de Moraes-UEMA



Prof. Dr. Antonio dos Santos Silva-UFPA
Prof^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM
Prof^a. Dr^a. Tiffany Prokopp Hautrive-Unopar
Prof^a. Ma. Rayssa Feitoza Felix dos Santos-UFPE
Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes-UEPG
Prof. Dr. Vagne de Melo Oliveira-UFPE
Prof^a. Dr^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA
Prof^a. Dr^a. Érima Maria de Amorim-UFPE
Prof. Me. Bruno Abilio da Silva Machado-FET
Prof^a. Dr^a. Laise de Holanda Cavalcanti Andrade-UFPE
Prof. Me. Saimon Lima de Britto-UFT
Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho-UFSJ
Prof^a. Ma. Patrícia Pato dos Santos-UEMS
Prof^a. Dr^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE
Prof. Me. Alisson Junior dos Santos-UEMG
Prof. Dr. Fábio Lustosa Souza-IFMA
Prof. Me. Pedro Augusto Paula do Carmo-UNIP
Prof^a. Dr^a. Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz-IFSP
Prof. Me. Alison Batista Vieira Silva Gouveia-UFG
Prof^a. Dr^a. Silvana Gonçalves Brito de Arruda-UFPE
Prof^a. Dr^a. Nairane da Silva Rosa-Leão-UFRPE
Prof^a. Ma. Adriana Barni Truccolo-UERGS
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares-UFPI
Prof. Me. Fernando Francisco Pereira-UEM
Prof^a. Dr^a. Cátia Rezende-UNIFEV
Prof^a. Dr^a. Katiane Pereira da Silva-UFRA
Prof. Dr. Antonio Thiago Madeira Beirão-UFRA
Prof^a. Ma. Dayse Centurion da Silva-UEMS
Prof^a. Dr^a. Welma Emidio da Silva-FIS
Prof^a. Ma. Elisângela Garcia Santos Rodrigues-UFPB
Prof^a. Dr^a. Thalita Thyrza de Almeida Santa Rosa-Unimontes
Prof^a. Dr^a. Luci Mendes de Melo Bonini-FATEC Mogi das Cruzes
Prof^a. Ma. Francisca Elidivânia de Farias Camboim-UNIFIP
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof^a. Ma. Catiane Raquel Sousa Fernandes-UFPI
Prof^a. Dr^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar
Prof^a. Ma. Marta Sofia Inácio Catarino-IPBeja
Prof. Me. Ciro Carlos Antunes-Unimontes

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
A COLUNA PRESTES EM TRAVESSIAS PELOS SERTÕES	19
CAPÍTULO 2	
A PRESENÇA DA COLUNA PRESTES EM TERESINA-PI	23
CAPÍTULO 3	
BATALHÕES PATRIÓTICOS E A INCORPORAÇÃO DO CANGACEIRO LAMPIÃO	25
CAPÍTULO 4	
PADRE CÍCERO ENTRE LUÍS CARLOS PRESTES E LAMPIÃO.....	29
CAPÍTULO 5	
A COBERTURA E AS REPERCUSSÕES ADVINDAS DA IMPRENSA	35
CAPÍTULO 6	
A VIDA BANDIDA DE LAMPIÃO	39
CAPÍTULO 7	
AS MÚLTIPLAS VOZES NO CONGRESSO NACIONAL.....	43
CAPÍTULO 8	
A EXPERIÊNCIA DOS SERTANEJOS DIANTE DA COLUNA PRESTES	49
CAPÍTULO 9	
A LUTA PELA PACIFICAÇÃO DO PAÍS	53
CAPÍTULO 10	
DESARMAR PARA PACIFICAR OS SERTÕES.....	57
CAPÍTULO 11	
O FIM DA COLUNA PRESTES E SUAS REVERBERAÇÕES	63
CAPÍTULO 12	
PALAVRAS FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69
ÍNDICE REMISSIVO.....	72
SOBRE O AUTOR	73



APRESENTAÇÃO

Esta obra se destina a fazer reflexões sobre os sertões do Nordeste do Brasil, no espaço-tempo da década de 1920, quando das travessias da Coluna Prestes entremontes ao cangaço, no chamado “tempo de Lampião”, que estiveram envolvidos na forja de uma estratégia do governo federal para combater os tenentistas. A Coluna Prestes penetra na região que hoje constitui o Nordeste pelo Maranhão, atravessou o rio Parnaíba e chegou no Piauí. Daí promoveu uma marcha rumo a capital Teresina, onde ocorreu um “cerco vexatório” à cidade.

Das disputas entre os ditos legalistas e os tenentistas no ínterim do natal de 1925 ao ano novo de 1926, resultou na prisão de um dos principais líderes do movimento, qual seja, Juarez Távora. Teresina foi usada pelos ditos “revoltosos” como se fosse o portal de entrada nos sertões nordestinos, eles marcharam para rasgar as fronteiras do Piauí com o Ceará. Enquanto isso, neste último já estavam formados os destacamentos de guerra móvel denominados de batalhões patrióticos, que no Ceará eram comandados pelo deputado federal Floro Bartolomeu da Costa que fez tratativas diretas com o presidente da República Arthur Bernardes.

A finalidade destes batalhões patrióticos era combater a Coluna Prestes e por fim no movimento. O maior rebuliço aconteceu no Juazeiro do Norte (CE), quando o cangaceiro Lampião foi incorporado nestes batalhões para lutar contra Prestes e seus companheiros. Se o convite a Lampião foi feito por Floro Bartolomeu, o anfitrião do bandoleiro, na cidade do Juazeiro foi padre Cícero que lhe entregou armamentos e munições fornecidos pelo exército brasileiro, o suficiente para Lampião aterrorizar o sertão por mais 12 anos.

A peleja do Lampião “legalista” para combater a Coluna Prestes repercutiu na imprensa nacional, através dos jornais, que se constituem em fontes neste trabalho. Inerente aos jornais nossa abordagem é atenta à periodicidade, ao alcance, a polifonia dos textos, a produção multiautoral, a interação entre informação e discursos, a busca de vários segmentos leitores, efeito de realidade e abrangência de assuntos. A estratégia de jogar Lampião para combater a Coluna Prestes reverberou no plenário do Congresso Nacional, por meio de múltiplas vozes, os discursos proferidos pelos tribunos muitas vezes eram baseados em notícias contidas nos jornais.

Daí outras preocupações surgiram na análise destes periódicos. Uma delas, o lugar de produção, ou seja, a inserção econômica, os anunciantes, os proprietários, os editores e colaboradores; o conteúdo, a linguagem e o estilo geral; a recepção, os segmentos de leitores. Nos discursos colhidos do Congresso Nacional observou-se

uma polarização entre os parlamentares. Um grupo que apoiava o governo, os ditos legalistas e a oposição que tendia a ser simpatizante do movimento tenentista. Entretanto, a incorporação de Lampião aos batalhões patrióticos contra Prestes, foi talvez, o alvo das maiores críticas.

Por fim, as relações da Coluna Prestes com os sertanejos andaram longe de serem pacíficas, devido as requisições compulsórias dos animais de sela, pois, o cavalo servia como instrumento de transporte e trabalho, “era um bem de produção” naquela sociedade pastoril. Os tenentistas praticavam o que Graciliano Ramos afirmou ser o maior crime do sertão nordestino, o roubo de cavalo. Entretanto, ao chegar na Chapada Diamantina (BA), a Coluna Prestes promoveu um regresso para o exílio que durou até fevereiro de 1927, enquanto isso, nos sertões presenciávamos uma luta pelo desarmamento e a pacificação, diante do domínio pelo terror exercido por Lampião.



INTRODUÇÃO



*O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.*¹

Marc Bloch

É sabido da impossibilidade de que não se pode retroceder no tempo, seja por apenas alguns segundos, seja por milhares de séculos. Dessa forma é possível compreender a parte primeira do historiador francês Marc Bloch (1886-1944): não se pode mudar o passado. Porém, pode estudá-lo, como fazem os historiadores para melhor compreendê-lo. Em conformidade com Certeau (2017), a respeito do pretérito, o que se faz é uma construção historiográfica, sempre parcial, lacunar e ideológica.

De posse de um conjunto de noções deste tipo, “o historiador, por seu turno, trabalha por inferências com base em documentos que sobreviveram ao tempo” (LUCA,2020. p.8). É uma complexidade, um trabalho que apresenta similitude com a atuação do detetive, com deduções a partir do que encontra na cena do crime, os fatores motivadores, o modo de agir e a identidade do criminoso. Nas palavras de Carlos Ginzburg, historiador italiano “pistas infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”².

O autor deste estudo propõe a fazer suas travessias pelos sertões³ do Nordeste do Brasil, em meio a um universo composto por constelações de fatos históricos, dentre as multiplicidades de escolhas possíveis, resolveu analisar a Coluna Prestes entrementes ao cangaço na década de 1920, por ocasião da passagem do movimento tenentista pelos sertões nordestinos.

Entendemos que a História deve ser problematizada. Os temas de uma pesquisa não surgem do nada, ainda que pareça estranho! “Todo o problema se resume a ter um problema”! (LUCA,2020, p.69). Porém, como se dá na prática, tal escolha? Concernente esse aspecto Certeau (2017) observou que mesmo diante de preferências e curiosidades pessoais, também se articulam no espaço institucional no qual se dão a formação e atuação dos historiadores.

1 Marc Bloch, *Apologia da história ou o ofício do historiador*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001, p.75. Primeira edição em francês em 1949.

2 Ver detalhes em: Carlos Ginzburg, “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, em Carlos Ginzburg, *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras,1989, p.150. Primeira edição em italiano em 1986.

3 SERTÃO: [ser.tão] [pl.:ões] s.m. 1. Região agreste afastada do centro urbano e das terras cultivadas<os. da Amazônia> 2 o interior do país<explorar o s.> 3 B região pouco povoada do interior do país, esp. a zona mais seca que a caatinga, onde permanecem tradições e costumes antigos. Ver detalhes em: HOUAISS, A. *Pequeno dicionário HOUAISS da língua portuguesa*. 1 ed. São Paulo: Editora Moderna,2015. p.863.

A delimitação do objeto é resultado de um empreendimento intelectual, mas coube sublinhar com certa precisão, “o historiador não é mais o homem capaz de construir um império. Não visa mais ao paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista, se transforma num vagabundo” (CERTEAU, 2017, p.78). Ou seja, se transforma num erradio, como consta em outras traduções e edições pretéritas.

O historiador, faz um estudo que comporta uma meditação sobre as travessias da Coluna Prestes, desde o “cerco vexatório” a Teresina, no ínterim do natal de 1925 ao ano novo de 1926. Entretanto, o governo federal vislumbrava que ao sair de Teresina, os “revoltosos” marchariam para rasgar as fronteiras do Piauí com o Ceará, o que de fato ocorreu. Antes porém, pelas cimalhas da República, foi criada uma nova estratégia para derrotar o movimento dito revoltoso.

O presidente da República Arthur Bernardes fez tratativas diretas com “caudilhos” no momento da forja do que hoje chamamos de Nordeste, no sentido de recrutar coronéis com seus respectivos jagunços. Mas também, cangaceiros, destaque para o maior de todos, Lampião, que tornou-se “legalista” e aliado do governo federal na empreitada para destruir a Coluna Prestes. Ao ingressar nos destacamentos de guerra móvel, organizados no Ceará pelo deputado federal Floro Bartolomeu, os chamados batalhões patrióticos.

Apesar das adversidades do Estado de Sítio que o país se encontrava, ocorreram inúmeras discursões inerentes ao que os parlamentares chamavam de aliança entre Arthur Bernardes e Lampião. O último já famoso na imprensa nacional e até internacional, vindo a posteriori, constar em matérias do famoso *Jornal The New York Times*. No Brasil, os jornais que constituem o lastro de fontes desta pesquisa, dependendo dos locais de emissões de discursos, existiam diferentes formas de cobertura das notícias, diversidades de abordagens sobre Lampião e a Coluna Prestes, também eram presenciadas no plenário do Congresso Nacional.

O historiador, neste estudo, analisa as relações de poder que permitiram Lampião ingressar no combate a Coluna Prestes, nos sertões nordestinos, discute as ações do governo federal ao receber o apoio deste cangaceiro, de coronéis e seus respectivos jagunços no combate aos tenentistas. Como a sociedade pastoril sertaneja projetou esta experiência no horizonte de expectativa? Portanto, jogamos luzes neste passado, mas ao fazê-lo, sempre existirá algum lugar na penumbra ou ofuscado.

A problematização requer lidar com vários conceitos, um deles atravessa toda a nossa pesquisa, é o conceito de política, visto que, poderá ser transversal e

polissêmico, a priori caminharíamos com Rémond (2003) que rebateu óbices que pesavam sobre a história política, e como convém num texto manifesto, sublinhou a solidez das mudanças:

Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. (RÉMOND, 2003, p. 36).

A História Política se conecta diretamente com o poder, através de vários vasos comunicantes. Em Teresina, quando da tentativa de cerco à cidade, houve um desfavor para os jovens oficiais rebeldes, a prisão de um de seus principais líderes, ele mesmo disse, “apeei-me, e, desarmado me entreguei como prisioneiro” (TÁVORA, 1976, p. 193). O preso tratava-se de Juarez Távora, que a partir da década de 1930, veio a exercer grande influência política no Brasil setentrional.

Cumpramos ressaltar, que a Coluna Prestes tinha um memorialista que registrou em diários toda a marcha, este escrivão revelou que o presidente “Bernardes mobilizou todo o ‘cangaço’ nacional [...] um governo de saqueadores dos cofres públicos, como era o dia então, só podia ser defendido por horda dessa natureza” (LIMA, 1979, p.244-247).

Este acusou que o deputado Floro Bartolomeu, recebeu dinheiro, armas e munições do presidente da República para a execução do plano. Porém, o general Góes Monteiro reivindicou para si, o que segue: “o governo apelou para o expediente de organizar esses grupos volantes aproveitando-se do mercenarismo, dos jagunços ou cangaceiros” (COUTINHO, 1956, p.74).

Poder-se-á dizer com certa dose de precisão, que estão entre as matérias primas principais dos historiadores, a luta com o tempo e a luta com os conceitos. Neste sentido, temos como tributários principais os autores que seguem: o primeiro, Reinhart Koselleck que sistematizou uma semântica dos tempos históricos e seus conceitos, a combinação do espaço de experiências e do horizonte de expectativas de uma coletividade humana suscinta a construção cultural de uma ideia específica de tempo, diferente do tempo da natureza. A história, pois, deve ser apreendida em sua própria historicidade.

Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipótese e métodos reconstrói fatos que não chegaram a ser articulados (KOSELLECK, 2012, p.305).

Para o autor alemão, “cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado” (KOSELLECK, 2012, p.311). Temos a preocupação de não perder de vista, os cuidados com os conceitos. Vale lembrar que se entende por conceito “uma representação geral e abstrata que atua como instrumento para identificar, classificar, descrever e generalizar diferentes elementos da realidade” (LUCA, 2020, p.120). Nas palavras de Durval Muniz:

O historiador: o cozinheiro do tempo, aquele que traz para nossos lábios a possibilidade de experimentarmos, mesmo que diferencialmente, os sabores, os saberes e odores de outras gentes, de outros lugares, de outras formas de vida social e cultural (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.32).

Analisar a temática proposta requer apropriações de noções próprias do período que são encontradas nas brechas, nos fragmentos, nos restos, no espaço entre, nos silêncios. Um esforço no sentido de apreender as experiências na temporalidade, o tempo que causa inquietude, instiga a temeridade causando desassossego, mas por outro lado, desperta a curiosidade, o saber e provoca a experiência “o que é o jogo do espaço e do tempo?” (HARTOG, 2019, p.111). Prossegue ainda o autor francês, “O tempo passou a ser o centro das preocupações [...] Livros, revistas, colóquios, onde quer que seja, são testemunhos; a literatura também trata do assunto, à sua maneira” (HARTOG, 2019, p. 18).

Pretende-se dialogar com as relações entre história e memória, suas aproximações, a seletividade e o trabalho com representações, em diálogo com Chartier (1990). Compreendemos que cabe à memória tornar o passado presente, em especial o histórico, devendo ser apreendido, de diversas formas, precisa ser aproximado e experimentado pelos grupos sociais, o que se faz por meio de estratégias implementadas por determinados atores, muitos deles vinculadas ao campo intelectual e político do seu tempo.

Poder-se-á dizer que este trabalho é tributário de Jacques Le Goff, quando este retoma noções de Pierre Nora, em seu verbete, ao afirmar que, memória coletiva seria, “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 2013, p.432). Seguindo estas noções, o autor desta pesquisa visitou *in loco*, os propalados lugares de memórias possuídores de algum elo com a temática aqui pesquisada, assim resumidos:

[há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações (LE GOFF, 2013, p.433).

Memória e história são entendidas como forma de gestão do passado, num momento que grupos, em determinado tempo e espaço foram se consolidando, que integra os usos políticos do passado. História e memória certamente não se confundem, mas implicam-se mutuamente. Assim, o conhecimento histórico do passado, categoria sempre reconstruída e redefinida tem na sua produção de memória um de seus campos privilegiados.

Ao circunscrever as fontes, um universo ilimitado de possibilidades se descortina para o pesquisador através da polifonia, ou seja, das múltiplas vozes. Praticando a alteridade e cotejando as várias fontes, poder-se-á dizer que elas caminham desde o início com a problematização e a construção do objeto, conforme observado “o historiador nunca se limita a formular uma simples questão – até mesmo quando se trata de uma questão simples – porque, em seu bojo, traz uma ideia das fontes documentais e dos possíveis procedimentos de pesquisa” (PROST, 2008, p. 76).

A pesquisa histórica que produzimos, inclui as possibilidades ensejadas pelos jornais que se encontram sistematizadas como fontes. O pioneirismo dessa prática caberia a Gilberto Freyre, sendo seguido por vários pesquisadores de renome acadêmico, é “o caso de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues –, não dispensava a ida aos jornais” (LUCA, 2018, p.117).

O Historiador Robert Darnton, por sua vez, observou “o poder do editor sobre o repórter, e/ou do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias, tal como assinalam os estudos sobre o ‘controle social na sala de redação’” (DARNTON,1990, p.77). Essas são noções que norteiam o trabalho do historiador, nos procedimentos adotados ao trabalhar com jornais.

Portanto, dedicamos numa reflexão da passagem do “cometa” da Coluna Prestes rasgando os sertões nordestinos, acompanhamos os passos dos tenentistas desde sua passagem por Teresina, penetrando a posteriori no Ceará, onde já estavam formados os chamados batalhões patrióticos, criados pelo governo de Arthur Bernardes, que arregimentou jagunços e cangaceiros e lhes entregou armas e munições através dos chefes políticos locais para dar combate a Coluna Prestes na modalidade de guerra fluída, movél ou de movimento. Dentre os ditos legalistas registramos a incorporação de Lampião.

Essa conjuntura política conflitiva na Primeira República, gerou repercussões advindas da imprensa e debates no Congresso Nacional. Acompanhados dos esforços para pacificação do país e do desarmamento da população sertaneja. A Coluna

Prestes, porém, ao chegar na Chapada Diamantina(BA), recuou até o exílio na Bolívia, na primeira metade de fevereiro de 1927. Enquanto que, o cangaceiro Lampião, continuou com sua vida bandida por mais de uma década. O texto é finalizado com as reverberações do movimento tenentista e de sua presença na revolução de 1930.



CAPÍTULO 1

A COLUNA PRESTES EM TRAVESSIAS PELOS SERTÕES

*Os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores.*¹

Eric J. Hobsbawm

Durante muito tempo os intérpretes do Brasil eram os literatos, por razões como as apontadas em *Raízes do Brasil*, no capítulo, o semeador e o ladrilhador². Nós não tínhamos universidades para formar historiadores, sociólogos, antropólogos, etc. Aqui parece sugestivo um título de Nicolau Sevcenko, que é a literatura como missão. É neste contexto que está inserido Euclides da Cunha.³

Por um erro de colonização ou pelo sucesso da colonização litorânea, criou-se um abismo entre litoral e sertão, gerando um verdadeiro divórcio, isso espatifou, talvez, pela vez primeira em Canudos. O livro *Os Sertões* é uma denúncia desses dois brasis que não se conhecem, o do sertanejo “forte” e o do mestiço “neurastênico” do litoral que está de costas para a hinterlândia e mais preocupado com o outro lado do Atlântico, para esse autor era necessário estabelecer pontes de diálogos entre estes dois pontos. Haveria a necessidade de um encontro marcado. Disso surgiria a chamada civilização brasileira.

A posteriori, 1915, Lima Barreto denuncia em, o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o divórcio entre o Estado e o cidadão, segundo Schwarcz (2017), este literato sofreu tudo isso na pele e foi um dos primeiros a defender ser preciso começar a lutar por cidadania, por mais igualdade. Morreu em 1922, neste mesmo ano a luta começou, a armada com o movimento tenentista no litoral, nos sertões do Nordeste do Brasil com Lampião e no plano cultural a Semana de Arte Moderna em São Paulo.

O Nordeste brasileiro, entretanto, vivia a experiência do fenômeno de banditismo denominado cangaço, que para Mello (2011), teve suas origens nos primórdios da colonização, mas à medida em que o litoral se urbanizava e organizava seu ordenamento jurídico, esses grupos embrionários que formaram o cangaço deslocaram-se para os sertões, sendo mais presenciados quando das intempéries climáticas que geravam grandes secas.

O Brasil entrou nos anos de 1920 sobre o impacto de suas primeiras greves gerais. Em março de 1922, no Rio de Janeiro, foi fundado o Partido Comunista do Brasil. Neste mesmo ano foi eleito como presidente da República, Arthur Bernardes, as altas patentes do Exército garantiam o suporte a um novo governo, mas incon-

¹ Eric J. Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p.13. Primeira edição em inglês em 1994. O autor faleceu em 2012, momento em que se divisava no horizonte, o obscurantismo de notícias falsas e de ataques à ciência e à cultura, conjuntura que se torna mais propícia a reflexão crítica e fundamentada acerca do passado.

² Ver detalhes em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.110-165.

³ Ver detalhes em: CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s.d.

formados os jovens oficiais denominados genericamente de tenentes lutavam por reformas na constituição.

A gênese desta insatisfação possuía raízes na chamada República Oligárquica, eleições fraudulentas, o que culminou no advento de julho de 1922 quando militares do Forte de Copacabana se rebelaram. O governo foi rápido, mandou bombardear, dos quase 300 rebeldes, 18 saem as ruas, numa marcha suicida pela Avenida Atlântica, apesar da derrota floresce a semente do movimento tenentista.

Esse movimento se deslocou para São Paulo, em julho de 1924, esta cidade se transformou na mais nova trincheira de luta contra o presidente Arthur Bernardes, sob liderança do comandante Miguel Costa. Os legalistas foram rápidos promoveram bombardeios que incendiaram a cidade, forçando os rebeldes a retirarem-se marchando rumo ao Oeste do Paraná com várias colunas amotinadas, quais seja, a Coluna Fênix, a Coluna Invicta e a Coluna da Morte.

No Sul do Brasil, o jovem capitão Prestes, toma o quartel de Santo Ângelo e reuniu mais de 1000 homens, na coluna gaúcha denominada Esperança. Em Foz do Iguaçu houve a junção destas colunas, surgindo uma nova organização tendo como chefes principais Miguel Costa, Luís Carlos Prestes e Juarez Távora. Hierarquicamente, no segundo plano havia outros destacamentos comandados por João Alberto, Ciqueira Campos, Djalma Dutra, e Cordeiro Faria.

O Brasil era um barril de pólvora prestes a explodir, teve como estopim o movimento de jovens oficiais do exército que se rebelaram em armas, marcharam pelo interior do país, até chegar nos sertões do Nordeste do Brasil, quando atravessaram o rio Parnaíba e penetraram em solo piauiense, na cidade de Uruçuí, “com a cidade abandonada por quem deveria defendê-la e com a população refugiada nos arredores, foi fácil a entrada dos revoltosos sem nenhuma resistência em Uruçuí” (CASTRO,2008,p.96), daí os tenentistas da Coluna Prestes, marcharam a passos largos rumo à Teresina, capital do Piauí.





CAPÍTULO 2

A PRESENÇA DA COLUNA PRESTES EM TERESINA-PI



No interím do Natal de 1925 e o ano novo de 1926, aconteceu o que convencionou-se chamar de o cerco da Coluna Prestes à Teresina, apesar da aflição que tomou conta da cidade, do êxodo de parte da população, das tensões entre o governador Matias Olímpio e o Comandante Geral das Forças Legalistas, general João Gomes Ribeiro, cujas deliberações partiam de São Luís, Maranhão. Embora tenha havido incursões na tentativa de invadir a cidade, não houve concretude, “a tática dos revoltosos, era insinuar-se nas trincheiras durante a noite e depois recuar em direção à Areias, Nazária, e, em alguns casos para o QG em Monsenhor Gil num vaivém diário” (CASTRO, 2008, p. 156).

Inerente a passagem em Teresina, os jovens oficiais do Exército tiveram como perda principal, a prisão de um dos seus líderes, ele mesmo, descreveu que após forte tiroteio na localidade Caeiras, nas bordas do extremo sul de Teresina, seu cavalo assustado empacou, “fui cercado por um pelotão adversário, que me intimava render-me. Atirando o revólver que vinha empunhando [...] apeei-me, e, desarmado me entreguei como prisioneiro” (TÁVORA, 1976, p. 193).

Vale ressaltar que para combater os rebeldes no Piauí foram mobilizadas milhares de militares de outras unidades federativas, conforme verificado, “o coronel João Nunes comandante da força pública de Pernambuco comunicara [...] que se dirigia ao Piauí para combinar com as autoridades medidas contra a Coluna Prestes que atravessavam o Nordeste.” (BARROS, 2018, p. 182). Entretanto havia críticas concernentes às estratégias, como as proferidas por Anísio Galvão, jornalista e deputado estadual de Pernambuco.

Este ao referir-se ao general João Gomes Ribeiro, disse: “eu nunca compreendi bem a tática deste ilustre militar, mesmo, depois de tê-lo discutido no torneio libero-estratégico com o governador do Piauí” (O JORNAL, 1 fev. 1928). Outras incompreensões não menos importantes aconteceram quando Luís Carlos Prestes e seus companheiros chegaram nas barrancas do São Francisco, Pernambuco, e atravessaram sem maiores obstáculos para a Bahia. “A imprensa dita legalista apontava isso como impraticável.” (MELLO, 2012, p.33).

CAPÍTULO 3

BATALHÕES PATRIÓTICOS E A INCORPORAÇÃO DO CANGACEIRO LAMPIÃO

Teresina serviu de portal da entrada nos sertões do semiárido do Nordeste pelos “revoltosos”. A próxima etapa foi rasgar as fronteiras do Piauí e entrar no Ceará. Neste ínterim, foi arquitetado pelas cimalthas da República, uma estratégia para destroçar os tenentistas. Eram destacamentos de guerra fluida, móvel, em que foram recrutados e armados cabras e jagunços pelos chefes políticos locais (coronéis).

Tratava-se dos batalhões patrióticos, que no estado do Ceará eram comandados pelo deputado federal Floro Bartolomeu da Costa, este convidou e o cangaceiro Lampião aceitou sua incorporação como “legalista” para combater os chamados revoltosos da República. Porém, o anfitrião de Lampião no Juazeiro do Norte foi o prefeito da cidade, padre Cícero.

A presença do bandoleiro mor à serviço do governo federal no Juazeiro causou o maior reboiço, onde este recebeu os mais modernos armamentos, munições e a patente de capitão para combater a Coluna Prestes. Esse acontecimento e a ampla distribuição de armas pelo Estado nos sertões foi fruto de inúmeras discussões e debates no plenário do Congresso Nacional através de múltiplas vozes de parlamentares.

No âmbito do Ceará, em Juazeiro, “naquele mundo à parte” de Padre Cícero, não havia tempo a perder, o deputado Floro Bartolomeu tinha pressa para a formação dos batalhões patrióticos, dispunha de armamentos, atribuições legais e munições, precisava arrematarmilhares de pessoas em armas, a lembrança da empreitada bem sucedida de 1914, com a deposição do governador do Ceará era inevitável, a nova empreitada haveria de ter novamente padre Cícero, conforme o que é revelado a seguir:

Dr. Floro trouxe um navio entupido de armamento e munição pra Fortaleza. Aí um trem cheio trouxe tudo pra Juazeiro. Meu pai transportava no caminhão arma, munição, tudo aquilo pra Campos Sales ou do Juazeiro pra todo canto onde estivesse a Patriota, precisando. E o ônibus carregando gente! Os dois transportes de meu pai tavam requisitado pelo Dr. Floro, e eu ali mais meu pai, no serviço. Rodamos esse mundo todo! Ele apanhou a fuzilaria nova e muita munição (bala de fuzil, cunhe-te de bala dentro duns caixotes de zinco, por sua vez dentro de caixote de madeira). Dr. Floro falou ao Padre Cícero: você está acostumado, depois da queda do Franco Rabelo, e agora vai ter de enfrentar o maior cabo de guerra do mundo, Luiz Carlos Preste, junto com Juarez Távora, Siqueira Campos, que vêm com destino a Juazeiro, pra acabar com tudo. Arranjei esse armamento com o presidente da República e vim enfrentar ele aqui [...] aí o Padre Cícero respondeu: Ora Floro, eu não estou com medo[...]mas como você veio debaixo desse sacrifício, diga, o que é que está faltando? Dr. Floro: Falta gente, falta o senhor falar para o povo sentar praça, porque armamento eu tenho, mas preciso de homens, muitos e destros! (BARROS, 2018, p.209-210).

Diante da habilidade que lhe era imanente, capaz de equilibrar-se em mundos antagônicos, o sacerdote teria saído na janela e perguntado em público: “meus amiguinhos, dizem que os revoltosos estão marchando para o Juazeiro, armados até os dentes, para arrasar tudo. Vamos deixar que isso aconteça?” (BARROS,2018, p.210) A partir deste momento milhares de voluntários se apresentaram. Era um chamado, as atenções de todos estavam voltadas para o “padre Cícero, à espera dos comandos incisivos que partiam daquela voz de taquara rachada que tantos conheciam, e a que os da terra estavam habituados a obedecer sem vacilar” (MELLO,2012, p.83).

Floro Bartolomeu tomou outras providências, produziu um inscrito com papel timbrado, caprichosamente datilografado, mandou procurar parentes de Lampião que moravam no Juazeiro e delegou a um deles a missão de entregar ao cangaceiro Lampião um convite para combater a Coluna Prestes. Caso a resposta fosse positiva garantia o deputado garantia, “requeiro a anistia dele e de quem ele quiser, ele vai ser capitão da patriótica” (BARROS, 2018, p.206).





CAPÍTULO 4

PADRE CÍCERO ENTRE LUÍS CARLOS PRESTES E LAMPIÃO

Enquanto isso, Padre Cícero dirigia carta ao Capitão Luís Carlos Prestes e seus companheiros de luta, a missão foi cumprida “por uma romeira da confiança do padre de nome Mossoró. Ela se embrenhou nos matos e cumpriu a tarefa designada pelo padrinho.” (BARROS,2018, p.213). O recebimento dessa carta foi confirmado pelos membros da Coluna Prestes, “o padre [...] mandou um indivíduo que lhe era inteiramente dedicado, a nossa procura, através dos sertões, com uma carta, convidando-nos a fazer a paz e a recolhermo-nos a Juazeiro, onde ficaríamos garantidos” (LIMA, 1979, p.244-247). Porém, uma constelação de fatores, gerou o maior rebuliço no Cariri cearense.

O convite do deputado, enfim, chegou às mãos do destinatário, parando diante da desconfiança proverbial do convidado, sua resposta foi afirmativa somente depois do coronel Manuel Pereira Lins, o Né da Carnaúba, reconhecer a firma do padre Cícero, neste momento Lampião se convenceu de que o convite tinha lastro. Ademais, o bandoleiro sabia que havia uma certa proteção à sua família naquela cidade, uma delas foi verificada quando em 1925, “Floro Bartolomeu nega por telegrama ao vice governador de Alagoas a prisão de João (irmão de Lampião), processado ali, frustrando as autoridades interessadas a dar andamento à formalidade judicial” (MELLO, 2012, p. 106).

Teria Lampião chegado tardiamente ao chamado de Floro, no Juazeiro? Sim. Neste ínterim, o deputado encontrava-se com a “saúde por um fio, pega o trem para Fortaleza. Repouso difícil, todos querem falar com o delegado militar do presidente da República. Refugia-se no casarão da Escola de Aprendizes Marinheiro” (MELLO, 2012, p.85). No dia 18 do mês de fevereiro, viajou de navio para o Rio de Janeiro, morreu a 8 de março na capital da República, enterro lá mesmo, mediante “salvas à beira da cova por tropa metida em galas. Comissão a que o presidente da República conferirá o caráter permanente, por meio de Ato publicado no Boletim do Exército Brasileiro[...], com base no Decreto no 13.750, de 10 de setembro de 1919” (MELLO, 2012, p.85).

Tudo em conformidade com o que rezava o art. 5º, letra c, do Regulamento de Continências do Exército. Notícia divulgada pela imprensa Nacional “faleceu, ontem, às 19 horas, à rua do Catete, 83, o deputado Floro Bartolomeu, que, em estado de saúde muito melindroso, regressara, há dias, do norte do país, onde fora em missão especial do governo” (O JORNAL, 9 mar. 1926).

Disposto a enfrentar aquele que a seu respeito Floro Bartolomeu dizia, “não tem homem no mundo para derrotar o estrategema de Luís Carlos Prestes. Com 16 anos dentro da artilharia, montava e desmontava toda e qualquer arma, em qual-

quer brevidade” (BARROS, 2018, p. 211). Então, Lampião chegou no Juazeiro aos 4 dias de março de 1926 com seu melhores cabra disposto a travar combates. Acampou na fazenda do deputado, fora da área urbana da cidade. Pois, para entrar na rua, digo cidade, precisava da autorização do prefeito, ou seja, padre Cícero.

Contudo, os populares não se contentaram diante da “celebridade”, muitos se deslocaram para a fazenda para recepcionar Lampião, entretanto, padre Cícero foi informado de tal movimentação e também para lá se dirigiu. Na ausência do anfitrião coube a padre Cícero receber o visitante:

Quando as famílias nobres do Juazeiro souberam disso, começaram a ir visitar Lampião na fazenda. Aí o padre Cícero reclamou: Lampião é um homem perdido, não é homem das famílias visitarem e eu vou já lá! Aí foi, chegou lá e disse: Seu Lampião, que é que o senhor anda fazendo por aqui? Lampião puxou a carta do Dr. Floro e apresenta dizendo: Venho atendendo a um chamado do Dr. Floro, para uma campanha de guerra (BARROS, 2018, p. 211).

Como já dissemos, em 1926 Lampião já era conhecido da imprensa nacional, a posteriori foi notícia no famoso jornal *The New York Times*. Mas talvez, a maior cobertura da presença de Lampião na cidade de padre Cícero, tenha sido feita pelo jornal *O Ceará*, cujo correspondente era um médico do Crato, Otacílio Macêdo, arvorado em repórter a serviço do jornal de Fortaleza¹, que informa: “Lampião impressiona[...] pela calma, pela juventude, pelos modos educados, pela cautela obsessiva. Sentado invariavelmente de costas para a parede e de frente para a porta. Olhar bailarino. Girando em todas as direções.” (MELLO, 2012, p.84).

Quando o Lampião foi perguntado sobre lutar contra os revoltosos disse que já havia travado combate com eles em Pernambuco, por ser um legalista “fui atacá-los, havendo forte tiroteio. Depois de uma grande luta e estando apenas com 18 companheiros vi-me forçado a recuar, deixando diversos dos inimigos feridos.” E acrescentou ainda: “vim agora ao Cariri porque desejo prestar meus serviços ao governo da nação. Tenho o intuito de incorporar-me as forças patrióticas do Juazeiro e com elas oferecer combate aos rebeldes” (O CEARÁ, 17 mar. 1926).

Cumprir notar, que Lampião chegou atrasado ao Juazeiro, entretanto a Coluna Prestes já havia colocado Teresina em cerco vexatório, atravessado o Norte do Ceará, entrado na Paraíba e destroçado a resistência suscitada, no Piancó, pelo coronel Padre Aristides², que foi morto com sua família e mais de uma dezena de jagunços. Também a Coluna já havia rasgado a fronteira de Pernambuco, desmantelado as forças públicas do Estado, e após empreender combate, “tomou posse de 20 caminhões carregados de armamento.” (MELLO, 2012, p. 83).

¹ Os detalhes constam na entrevista concedida por Lampião no Juazeiro e publicada em *O Ceará* em 17 de março de 1926.

² Este travou combates armados com os revolucionários que o mataram juntamente com seus jagunços, entretanto, a maioria da população abandonou a cidade e refugiou-se na caatinga.

Portanto, no dia que Lampião chegou ao Juazeiro, Prestes e a maior parte de seus companheiros já estavam na Bahia, mais precisamente nos sertões do arraial da Várzea da Ema. Todavia, Lampião exibia como “troféu” que teria sido tomado em sangrenta luta com os tenentistas. Tratava-se de uma espada que os mais céticos preferem acreditar ter sido comprada, entretanto, sem contestar a coragem de Lampião, jamais colocada em dúvida, mesmo depois dele morto.

A espada foi adquirida em Pernambuco, no combate do Cipó, este por sua vez, segundo o memorialista da Coluna Prestes, tratou-se de “um dos mais violentos que tivemos, porque perdemos muitos companheiros, e tivemos um grande número de feridos”³. Quando parecia ter acabado, destacamentos da Coluna andavam a galope, contudo, a cavalgada foi atacada perigosamente num rescaldo.

Neste momento, um veterano da revolução gaúcha de 1893, peão da fazenda do conhecido senador Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul, o chamado Tio Balduíno, resolve dar a vida pelos companheiros, “em especial pelo patrão, Zezé Pinheiro. Salta do cavalo, toma um flanco, e depois de esgotar a carga do fuzil Mauser, bate mão da velha espada acostumada a abater *chimangos* naquela revolução sangrenta. Peleja até a morte.” (MELLO,2012, p.96). Era 22 de fevereiro de 1926, a espada do guerreiro gaúcho terminou em poder de Lampião.

No dia seguinte, a 23 do mês, Lampião parece continuar a acompanhar atentamente os deslocamentos da Coluna Prestes, ao prender um declarado inimigo do cangaceiro, marcado para ser trucidado por ele na primeira oportunidade, agora ela havia surgido “os membros da Coluna Prestes detiveram José Nogueira, cunhado de José Saturnino⁴, na fazenda Serra Vermelha, levaram-no por certa distância, liberando-o a seguir, mas levando sua arma” (FERRAZ, 1978, p. 223). Na sequência, chegou o terrível bandoleiro em sua casa para executar a sentença, que disse:

E agora, hein, Zé
Nogueira? Ao que ele
respondeu:

- Agora, só mesmo Nossa Senhora! [...]

O irmão do Rei do Cangaço assassinou o prisioneiro fria e covardemente. Depois, retirou suas alpercatas e as calçou (FERRAZ,1978, p.224).

³ Ver detalhes em: LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes, Marchas e Combates*, 3 ed. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 1979. O fogo do Cipó - na verdade, vários combates em locais próximos, verificados com diferença de horas - mereceu a atenção devida do secretário da Coluna. p. 265-6

⁴ Trata-se do vizinho amigo de Virgulino desde quando era criança. Depois de várias escaramuças na adolescência entre ambos, José Saturnino passou a ser considerado o primeiro inimigo de Lampião, que o cangaceiro usou como escudo ético, fazendo supor que estava no cangaço numa missão para tirar uma desforra.

Inerente à vingança de José Nogueira, segundo Mello (2011), Lampião dava sinais de desistir de matá-lo, após longo interrogatório. Porém contrariado, Antônio Ferreira, surpreende o irmão e mata o prisioneiro. Era mais uma das inúmeras cruces do cangaço.





CAPÍTULO 5

A COBERTURA E AS REPERCUSSÕES ADVINDAS DA IMPRENSA



Mas voltemos ao Juazeiro do Norte, Padre Cícero resolveu honrar com os compromissos assumidos pelo amigo que agonizava no Rio de Janeiro e conforme, rezava a carta de Floro em posse de Lampião, entregou os fuzis e pistolas Mauser e Parabelum e munições, porém, o cangaceiro reivindicou a patente de capitão que havia sido prometida a ele. Padre Cícero, tomou providências, mandou buscar um funcionário público federal do Ministério da Agricultura e o determinou que lavrasse o título de capitão para Lampião, tratava-se do senhor Pedro de Albuquerque Uchôa.

Ele mesmo revelou que padre Cícero disse: “aqui está o capitão Virgulino Ferreira. Ele não é mais bandido [...] o senhor vai lavrar a patente de capitão do senhor Virgulino [...], mas eu não posso, informei” (JORNAL A TARDE, 21 set. 1933), neste momento interveio o irmão de Lampião dizendo que se meu padrinho está mandando é por que pode. “Depois, o ministro da Agricultura perguntou por que eu fizera isso. E eu respondi: naquele momento, eu lavraria até a demissão do Presidente da República” (JORNAL A TARDE, 21 set. 1933).

Após despedida do Juazeiro a 7 de março, o capitão Virgulino, vulgo Lampião, assim ele se identificará a partir desse momento, precisava mostrar serviço, como se fosse eficiente rasteador, seguiu a pisada da Coluna Prestes, marchando a passos largos, em quatro dias chegou na vila de Belém, do município Cabrobó(PE), ao recolher notícias preciosas, obtidas no rastro ainda frescos dos homens de Prestes, certificou-se que ali existia somente alguns feridos ou estropiados, escondidos para não serem sangrados a punhal ou fuzilados.

Logo compreende que precisa atravessar o São Francisco, porém, somente com o comando de padre Cícero e dinheiro, conforme telegrama enviado por ele. “De Belém - nil/11- Padre Cícero, Juazeiro, Ceará. Rebeldes internando-se Bahia direção Juazeiro [da Bahia]. Devo atravessar? Providencie dinheiro urgente. (a) Virgulino Ferreira” (MELLO,2012, p.100).

Transcorreram dias, sem resposta, avaro que era, estava aflito pelo dinheiro, tem notícia da aproximação de um volante pernambucana, sob comando do tenente Alfredo Miranda, para travar combate com seu bando, Lampião envia positivo alertando que ele e o grupo estavam ali comissionados para combater os revoltosos, no Estado da Bahia, portanto, dentro da lei. No dia 25 de março, registrou-se um deslocamento do maior dos cangaceiros rumo ao Juazeiro, mas prudencialmente estacionou na fronteira de Pernambuco, *vis-à-vis* com o Cariri cearense, próximo dos domínios do padrinho, “para quem envia, no dia seguinte, dois homens da Coluna feitos prisioneiros, como parte da pressão pela verba” (MELLO,2012, p.101).

Os reféns eram pobres diabos que ele dizia serem revoltosos, na realidade tratavam-se de dois sertanejos que foram pegos para servirem de guias às forças de Prestes. No décimo dia de viagem aproveitando-se de uma ordem para “campear” fugiram pela caatinga, vindo sair em Serrinha, onde venderam os cavalos e caíram no poder de Lampião, ambos foram sequestrados pelo cangaceiro que “se serviu desse pretexto para vir novamente a Juazeiro onde tem sua família” (O JORNAL, 21 maio 1926).

Padre Cícero, acostumado a conviver com mundos opostos, está passando o maior dos sufocos para equilibrar-se em polos antagônicos, pesadas críticas ameaçam contaminar a sua candidatura a deputado federal, na sucessão de Floro Bartolomeu, o patriarca do Juazeiro ocupa a explicar-se, enviou carta a um jornal de Fortaleza, que a publica nove dias depois, afastando a possibilidade de um novo contato com Lampião. Na capital da República, *A Noite* chama à atenção para a agitação causada pelo famigerado cangaceiro, quando se fez presente na “Meca” do Nordeste, após despertar numerosos grupos de curiosos, “Lampião concedeu entrevistas a jornais, aos quais narrou suas façanhas” (A NOITE, 22 mar.1926).

Periódico do Recife dedicou-se a comentar o que chamou de vibrante editorial de um jornal de Fortaleza, dando conta do estranhamento do passaporte dado pelos “legalistas” a bandoleiros fortes candidatos à prisão, que pela mão oficial “patriótica,” foram autorizados a transitar pelos sertões do Ceará, sob pretexto de combate a Coluna Prestes, de repente Lampião se transformou de fora da lei a legalista, jus a uma benemerência duvidosa, nunca dantes um escândalo se tornou tão clamoroso, diz o jornal:

Os mesmos homens que davam combate aos revolucionários são os que formaram a guarda de honra de ‘Lampeão para, coberto de louros, penetrar os umbrais do quartel general dos ‘patriotas’ [...] Agora as simpatias pelo bandido estenderam-se das forças da polícia para os ‘patriotas’ da nação. Raras vezes na história se tem verificado uma metamorfose tão brusca, uma reabilitação tão impressionante (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 mar. 1926).

Matéria de *O Ceará*, reproduzida por um jornal de Pernambuco, questionou o clérigo por que não ordenou a prisão de Lampião, visto que dispunha de mais de oitocentos homens em armas arregimentados para prestar serviços ao governo federal, dispostos a obedecer aos seus comandos, ao que padre Cícero, assim respondeu: “não, meu amiguinho! Lampeão procurou o Juazeiro com intuítos patrióticos (sic!); ele pretende se alistar nas forças legais para dar combate aos revoltosos. Uma vez vitoriosos, espera que o governo lhe perdoe os crimes” (JORNAL PEQUENO, 30 mar. 1926).

O patriarca do Juazeiro diante destas circunstâncias herdou um espólio de encrencas, o furdunço dos batalhões patrióticos era enorme, apesar de a favor do Clérigo existir fartas argumentações, uma delas, a de que somente se envolveu nos acontecimentos em lealdade ao amigo, para honrar os compromissos assumidos por Floro. O octogenário sofria pressão de todos os lados, “de fornecedores, de prestadores de serviços, de artífices, de costureiras, diretamente ou por intermédio da beata Mocinha” (MELLO,2012, p.101). É neste momento que acaba a cerimônia do padre e ele passou a cobrar, por telegrama, o presidente da República, com ares de ultimato:

Of. Urgente. 127-99-14-13. Exmo Dr Artur Bernardes, MD presidente da República - Rio. Conforme expliquei V. Ex^a telegrama dia 11, nossas forças patrióticas aqui se encontram sem numerário para socorrer-lhes as despesas, atrasadas nos pagamentos, em situação difícil, portanto. Assim, urge que V. Ex^a dê pronta solução ao caso, ordenando remessa dinheiro caso deseje que elas continuem perseguição rebeldes, ou ordens dissolução e pagamento dos compromissos já realizados. Reitero os meus protestos inteira solidariedade benemérito governo V. Ex^a, continuando seu inteiro dispor meus modestos, porém leais serviços. Atenciosas e cordiais saudações - Padre Cícero Romão Batista (MELLO, 2012, p. 102).

Os telegramas prosseguem por meses e nada de pagamento, o clérigo pensa em mandar um emissário ao Rio de Janeiro, entrou em cena o marechal Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, para atender as demandas, o Governo constituiu a dita Comissão Especial de Arrolamento da Requisições do Nordeste, porém, inúmeras medidas protelatórias invadiu o exercício de 1927, em abril, o coitado do padre Cícero ainda cobrava os mais de vinte contos de réis correspondentes ao fornecimento de medicamentos por um certo João Evangelista Bezerra ao Batalhão, coisas de nossa República.



CAPÍTULO 6

A VIDA BANDIDA DE LAMPIÃO

E concernente a Lampião? Este almejava lucros com os serviços prestados no Batalhão Patriótico, precisava tornar essa relação com o governo federal mais clara, esperava os sinais vindos do Juazeiro, e nada de dinheiro. Perdeu a paciência, não durou muito a suposta vida na legalidade, agora ele tem pressa em desfazer o engano de alguém que fizesse supor que ele ainda estivesse a serviço da ordem. É mágoa e ruptura. A vida bandida é reativada com intensidade, assim relatada, em telegrama enviado pelo prefeito de Salgueiro, em 16 de abril de 1926, ao governador de Pernambuco:

Exmº Dr. Governador Estado – Recife

Comunico vossência grupo bandido Lampião volta Juazeiro Ceará, inesperadamente passou ontem povoado Bezerros, deste município, saqueando, assassinando inspetor policial, conduzindo presos reféns, nosso amigo coronel Davi Jacinto e outro inspetor, sob condição somente dar liberdade mediante dez contos, contrário seriam assassinados, rumando Pajeú. Ontem, seguiu encalço mesmo grupo tenente Solon com cinquenta praças. Cordiais saudações – Veremundo Soares, prefeito (MELLO, 2012, p.104).

Na sequência, em ato contínuo, deslocou sua “máquina de guerra” e avançou sobre Alagoas, onde o Adeus ¹de Lampião à legalidade se deu numa violenta incursão de rapina, começando por Mata Grande, Água Branca, Inhapi, Santana do Ipanema, passando por Palmeira dos Índios. “Os rapinadores praticavam assassinatos, sequestros, estupros, mutilações, incendiavam currais e armazéns” (CHANDLER, 1981, p.88). Em Olho d’ das Flores, o sertão ficou mais quente com as chamas de um automóvel da *Standard Oil Company*, que virou torrão.

Todavia, para muitos Lampião estava numa missão de extorsão e rapina, este diz que seu objetivo era outro, “vim ao Ceará somente recrutar gente para a guerra[...]quero juntar 1000 homens para declarar oficial aos estados da Paraíba e Pernambuco” (A NOITE, 5 de abr.1926), o mesmo noticiário informou que Lampião mostrou rifles e munição a ser distribuídos para os novos recrutas.

Contudo, na capital da República o noticiário dos jornais causava espanto, naquele Brasil que se dizia civilizado, um famoso bandido assassino, ladrão profissional, salteador de estradas, que tantas vidas haviam ceifado somente entraria na cidade escoltado pela polícia, mas no caso de Juazeiro aconteceu o contrário:

Lampeão entrou ‘legalmente’, homenageado e protegido pelas autoridades, e foi recebido e hospedado quase como um herói pelo que Juazeiro tem de mais poderoso e influente. O governo local, representado pelo prefeito e pelos vereadores; a magistratura, representada pelos juízes; as classes conservadoras, representadas por comerciantes e fazendeiros; a força, a própria força oficial, mantenedora da ordem pública, representada pelo seu comandante, e até a religião arrimada ao

¹ Modalidade de gesta que Lampião encomendava a um poeta popular do cordel, por exemplo, o Adeus de Lampião a Pernambuco, rico em detalhes e citado por: MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*; prefácio de Gilberto Freyre. 5 ed. São Paulo: A girafa, 2011. p. 201-207.

bordão quase centenário do Padre Cícero, - tudo, toda Juazeiro assistiu o triunfal desfilarm de Lampeão e do seu bando” (O JORNAL, 6 abr. 1926).

Consta que ao chegar na fazenda do deputado Floro Bartolomeu, um oficial da polícia cearense conjecturou atacá-lo, Lampeão ficou sabendo e lhe escreveu uma carta, com a seguinte mensagem epistolar: “zuada não me faz medo. Eu tenho visto é, coisa forte, e não me assombro[...] sempre lhe aviso, que é para depois não se arrepender. [...] do capitão Virgolino Ferreira da Silva” (JORNAL PEQUENO, 10 abr. 1926).

Na Bahia, um jornal soteropolitano deu conta de informações a respeito dos movimentos da Coluna Prestes e da presença de grupos legalistas para combatê-la, “existem numerosos efetivos legais na zona do São Francisco, os quais se quiserem resistir, podem evitar a perigosa invasão” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 ago.1926). Enquanto isso, em São Paulo, a imprensa noticiava o que chamava de tropelias dos tenentistas, legalistas e do bando de Lampeão.

Um lamento sertanejo, oriundo de correspondência epistolar procedente de Salgueiro (PE), revelava a peleja nos sertões diante dessa tríade, qual seja: “atrás dos rebeldes, com uma marcha lenta de seis horas diárias, passaram os legalistas, requisitando aquilo que escapara às vistas dos rebeldes. Após os dois primeiros passou o bando do bandido Lampeão” (A GAZETA, 6 set.1926). Estava completada a desgraça, dizia o sertanejo, mas essa era a experiência, uma realidade vivida pelo homem pecuário.





CAPÍTULO 7

AS MÚLTIPLAS VOZES NO CONGRESSO NACIONAL



Convém lembrarmos, da já citada importância e relevância dos jornais no meio acadêmico por pesquisadores renomados (as), como é “o caso Emília Viotti e Fernando Henrique Cardoso” (LUCA, 2018, p.117). Não é custoso lembrar ainda, as considerações do historiador Robert Darnton que trabalhou como jornalista, no famoso periódico *The New York Times*, e ele chama atenção sobre como “o poder do editor sobre o repórter, e/ou do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias, tal como assinalam os estudos sobre o ‘controle social na sala de redação’” (DARNTON,1990, p.77).

Um das melhores impressões de como os parlamentares brasileiros vivenciavam, vislumbravam e manejavam esta experiência naquela temporalidade. Poder-se-á ser constatada na cobertura política do jornal *O Globo*, sobretudo nas edições de 26 e 27 de maio de 1926, respectivamente. Este periódico se dedicou a publicar discursos inteiros direto do plenário, o que se constituiu numa pluralidade de vozes de diferentes unidades federativas.

O início das discussões na sessão plenária no dia 26 de maio de 1926, foi quando subiu à tribuna o deputado federal Wenceslau Escobar (RS), que afirmou existir pessoas que tiveram bens requisitados pelos legalistas, solicitaram indenização, mas não foram pagas. O parlamentar legalista Flores da Cunha, divergiu do colega dizendo que todos os comandantes das forças que operaram no Rio Grande do Sul têm fornecido a documentação necessária para o governo providenciar os pagamentos, no entanto, far-se-á necessário averiguá-los para indicar possíveis abusos.

Pois, ele mesmo, quando comandava uma coluna, teria requisitado da população uma cavalhada,” porque, como é sabido, o cavalo é a primeira arma no Rio Grande – e terminado o movimento, devolvidos os animais aos respectivos proprietários, esses ainda se julgavam no direito de reclamar o preço dos animais” (O GLOBO, 26 mai. 1926). As requisições compulsórias do cavalo nos sertões do Nordeste do Brasil se constituiu numa problemática devido ser a primeira arma da revolução e a principal riqueza do homem pecuário.

Os dois parlamentares gaúchos continuam em divergência Wenceslau acusou as forças legalistas de abuso, enquanto que Flores da Cunha afirmou ser situação perfeitamente aceitável diante da anormalidade política em que vivia o país. Nessa ocasião, o deputado Batista Luzardo, afirmou ter encerrado suas declarações no dia anterior falando da marcha da Coluna Prestes, após o cerco à Teresina, o orador diz pensar ter dado resposta ao trecho de mensagem do presidente da República que afirmava viver os rebeldes de saquear e pilhar tudo por onde passavam. O

parlamentar afirmava que as acusações de Arthur Bernardes não se conferiram na realidade.

Contudo, Batista Luzardo, denuncia uma série de condutas questionáveis por parte das ditas tropas legalistas, se falasse somente os abusos cometidos no Piauí demoraria muitas horas na tribuna. O orador se referiu a outro trecho da mensagem presidencial, que segundo ele seria forçado a fazer oposição e algumas contraditas, uma delas:

Na previsão de que os rebeldes, atravessando o sertão do Maranhão e do Piauí, penetrassem no Ceará, foi, desde logo, nesse último Estado, constituída uma força de patriotas, cujo comando coube ao saudoso deputado Floro Bartolomeu, que, com a sua sinceridade e o seu ardor cívico, prestou relevantes serviços à causa legal, dando provas de energia, atividade e bravura (O GLOBO, 26 mai. 1926).

Mas, este parlamentar questionou a eficácia da estranha “máquina de guerra” montada por Floro Bartolomeu no Ceará, com a anuência da presidência da República, os destacamentos repressores começaram a serem montados quando os rebeldes ainda estavam em Teresina, de que adiantou? O tribuno disse que a Coluna Prestes rasgou a fronteira do Ceará e chegou, “nos arredores de Crateús ocorreu às cinco horas da manhã, e, por volta das oito horas, a força legalista, que defendia Crateús, abandonou a localidade, deixando vários feridos e três mortos” (O GLOBO, 26 mai. 1926).

O tribuno gaúcho continuou a criticar Arthur Bernardes, que governou sob estado de sítio, questionou os batalhões patrióticos, que segundo ele tamanha eram as preocupações que causaram a Floro, o levando mais depressa ao túmulo. Qual a causa do insucesso? Luzardo, ele mesmo, respondeu. É que os legalistas são mercenários, não há um ideal honesto, puro e santo, que na realidade ilumina as hostes de Prestes, dispostas, por isso, a todos os sacrifícios.

No entanto, a maior polêmica na sessão plenária ainda estava por vir, e, ela aconteceu quando o deputado Batista Luzardo, na diástole de seu discurso, perguntou: qual era a composição dos elementos humanos que compunham a Coluna de padre Cícero e Floro Bartolomeu? Qual o lugar tenente?

Para opróbrio das forças legalistas, era seu lugar tenente um requintado bandido, flagelo daquelas regiões! Padre Cícero para defender seus ideais, para implantar um regime de moralidade e de respeito, uniu-se ao famoso facínora Lampeão (O GLOBO, 26 mai. 1926).

Em aparte, o deputado Flores da Cunha, disse existir no Rio Grande do Sul, batalhões que lutaram sem receber dinheiro e pessoas dispostas a morrer por ideal, neste momento, o então deputado pelo Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine

afirmou existir no povo potiguar sentimento semelhante ao gaúcho. Em seguida o tribuno foi aparteado por Francisco Rocha, representante baiano naquela casa legislativa, na Bahia “darei ao orador que Lampeão fez a vanguarda dos revoltosos. Tenho disso documento” (O GLOBO, 26 maio 1926).

Batista Luzardo, da tribuna prontamente refutou tal afirmação, ao dizer: “repto V.Exa. a que prove, perante a Câmara veracidade do que acaba de afirmar[...] desafio a que da tribuna, desta casa, mostre documentos autênticos dos quais se conclua que Lampeão serviu de vanguardeiro dos revolucionários” (O GLOBO, 26 maio 1926).

De posse de notícias oriundas do Nordeste, em especial matéria de *O Ceará*, contendo entrevista com Lampeão, Luzardo segue o desejo de refutar que algum momento a Coluna Prestes se aliou ao bandoleiro, muito pelo contrário, passou a expor relatos de Padre Cícero dizendo que o Lampeão legalista pretendia se regenerar e o mandaria para o Estado de Goiás, conforme já havia feito com Luiz Padre.

A bancada de Goiás entrou de vez na discursão, ‘presente de grego’ disse o deputado Luiz Silveira, em risos. Padre Cícero, foi defendido pelo mineiro Sá Filho e Flores da Cunha(RS), mas o último disse que sua solidariedade não era extensiva a Lampeão. Um dos deputado ressalta que “o debate que se embandeirava com o patriotismo, estava sendo iluminado a luz de Lampeão” (O GLOBO, 26 maio 1926). Gerando risos, a partir deste momento foi encerrada a sessão.

A sessão plenária do Congresso Nacional do dia 27 de maio de 1926 foi iniciada com a centralidade de demonstrar que Luís Carlos Prestes nunca havia feito aliança com o bandoleiro Lampeão, muito pelo contrário, teria dito que se o aprisionasse mandaria fuzilar o famoso cangaceiro na frente de sua Coluna. O representante da Paraíba, Otacílio de Albuquerque, ao apartear o orador declarou que Prestes bravo e inteligente não precisaria do auxílio de Lampeão e garantiu que pelo menos em seu Estado isso não ocorreu, Juvenal Lamartine, testemunhou que podia afirmar o mesmo sobre o Rio Grande do Norte.

Porém, a longa discursão mostrou despertar certo enfado para alguns, neste instante, veio a intervenção do congressista Raul Sá, “eu faria um apelo ao nobre orador, que nesta casa, apagaremos de vez o Lampeão” (O GLOBO, 27 mai. 1926). Com a máxima vênias ao deputado, mas, o cangaceiro continuou presente nos debates do Congresso Nacional por muito tempo, até cogitou-se, que a necessidade de combatê-lo deveria constar expressamente na Constituição ¹de 1934.

¹ Ver detalhes em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/combate-a-lampiao-quase-entrou-na-constituicao-de-34>. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, deputados nordestinos – a Assembleia não teve senadores

No Senado Federal, identificamos pronunciamentos inerentes as relações do governo federal com cangaceiros, no contexto de combate a Coluna Prestes, a começar por Pires Rebelo, senador pelo Piauí, “é natural que adversários empenhados em luta lancem mão de todos os recursos que lhes possam assegurar vantagens. O que, porém, não é natural, é que uns e outros condenem hoje o que louvaram ontem” (O IMPARCIAL, 27 mai. 1926).

Aproveitando o ensejo, o senador baiano Moniz Sodré fez o que o jornal chamou de um longo discurso de oposição ao governo, culpando-o de entendimento com cangaceiros para combater os revoltosos. Em trecho de sua fala o senador do alto da tribuna do senado, diz:

Mas o que é incontestável também e que nenhum de nós e ninguém de boa-fé poderia contestar, é que nunca, através de todas as fases da nossa história política, quer no Brasil Império, quer no Brasil República, nunca houve governo do país que se amancebasse com essa malta facinorosa, que representa realmente a expressão mais alta e um expoente máximo da criminalidade atávica de todos os povos do mundo(O IMPARCIAL, 27 mai.1926).

O tribuno baiano fazia inerência em seu discurso no Congresso Nacional, aos destacamentos de guerra movél formados no sertão, que em seu Estado eram comandados pelo deputado federal Francisco Rocha, sob seu comando pesavam acusações de atrocidades dos ditos legalistas. Também faz referência a incorporação de facínoras aos batalhões patrióticos no combate a Coluna Prestes, como foi o caso do cangaceiro Lampião. Era mais uma das múltiplas vozes capturadas no meio político por jornais.

– redigiram cinco propostas para que a nova Constituição previsse o combate ao cangaço como obrigação do governo federal. Fonte: Agência Senado. Acessado em: 25/05/2021.





CAPÍTULO 8

A EXPERIÊNCIA DOS SERTANEJOS DIANTE DA COLUNA PRESTES



A revolução tenentista na diástole pela hinterlândia conjecturava que ao chegar no semiárido do Nordeste haveria a possibilidade de um grande número de adesões à causa revolucionária, devido as intempéries e condições sociais adversas. Disso resultaria no fortalecimento do movimento rebelde rumo a vitória. Todavia, verificou-se o contrário, em geral, houve uma repulsa dos sertanejos com aquela gente de sotaque atravessado, que o homem pecuário chamava de “os gaúchos da *rivulução*” (BARROS, 2018, p. 150).

As requisições compulsórias eram solicitações dos rebeldes, de alimentos e animais de cela. Eram cartas assinadas por Luís Carlos Prestes com o compromisso de quando da vitória do movimento, todos seriam devidamente pagos. Algo incomum, estranho e não aceito por aqueles caboclos fortes, do homem disposto que esperava chover. Aquela gente que cantava com as águas nos olhos querendo viver. Em meio àquele sertão torrado, do céu azul, mas do gado magro e do açude seco.

Como vislumbrava isso aquele velho? Que no final da tarde sentava naquele banco de madeira, acendia o cachimbo, depois comia um prato de angu e não sabia de nada da vida do sul. Difícil era compreender ser tomado pelas armas, sua principal riqueza, o cavalo. Segundo Luís Carlos Prestes, este animal era a primeira arma da revolução¹. Tinham que tomá-lo, senão, atrás vinham os ditos legalistas e faziam o mesmo. Eis o principal motivo da repulsa do sertanejo contra a Coluna Prestes.

Entretanto, ressaltamos mais uma vez, tamanha era a importância deste animal naquela sociedade pastoril sertaneja, que “a vida humana, exposta à seca, à fome, à cobra e à tropa volante, tem valor reduzido – e por isso o júri absolve regularmente o assassino. O ladrão de cavalos é que não acha perdão. Em regra, não o submetem a julgamento: matam-no” (RAMOS, 2007, p. 137). Como senão bastasse os ciganos que eram considerados espertalhões e ladrões de cavalo, “o sertanejo evita-os, nega-lhes um caneco de água em tempo de seca e, invariavelmente, ensina-lhes o caminho errado” (RAMOS, 2007, p. 106-107).

A travessia da Coluna Prestes pelo Nordeste alterou as formas de sociabilidades em datas especiais. Como teriam vivido e manejado uma dessas experiências no tempo em Teresina, Piauí? Visto que “o natal, festa profana, alcança duas outras: Ano-bom e Reis. Começa a 23 de dezembro e termina a 6 de janeiro, representa uma solução de continuidade nas aperreações do sertanejo” (RAMOS, 2007, p. 13), foi exatamente neste ínterim que a sociedade teresinense passou pelo vexame da presença dos “revoltosos”.

¹ *Roda Viva* | Luís Carlos Prestes | 1986. Roda Viva. YouTube. 13 ago. 2020. 1h 56min 34s. Disponível em :< <https://youtu.be/aKkCysZb0V0>>

No período do carnaval de 1926 a marcha da Coluna Prestes rasgava as fronteiras da Paraíba para Pernambuco, certamente provocou alterações nestas sociabilidades festivas locais, em que o vigário já admitia a festa pagã, limitando a admitir o que considerava exageros da festa, como a registrada:

Acusou as primeiras mulheres que vestiram calças e montaram a cavalo de frente, escanchadas, como homens, mas este indício de perdição vulgarizou-se rapidamente, os silhões e o costume de cavalgar de banda caíram em desprestígio (RAMOS, 2007, p. 20).

Além disso, o vigário costumava denunciar outras manhas dos inimigos da alma. Como “saias curtas das moças e braços descobertos [...] e julga que alguns centímetros de pele nua ocasionam prejuízo à cristã” (RAMOS, 2007, p. 20). Contudo, na década de 1920 automóveis circulavam pelo sertão. Meia dúzia deles, arrastando serpentinas, buzinando pelas ruas, transportando risos e alegrias. Porém, estes hábitos foram drasticamente mudados pela passagem do movimento tenentista.

A passagem da Coluna Prestes num lugar onde “viver é um negócio muito perigoso” (ROSA, 2019, p. 15), tudo móvel, fluido, ambíguo e enigmático. Trata-se de uma nebulosa chamada sertão, entrementes, até mesmo Lampião, observou atentamente essa travessia e dela tirou duas importantes contribuições, umas delas, permitir a incorporação de mulheres no bando, sendo a primeira a chamada Maria Bonita, em 1930. Outra é inerente ao comando, pois, existia um comando central, mas com outros destacamentos, os chamados subgrupos, que passaram a existir no cangaço.

O autor de *vidas secas* é um dos principais intérpretes do sertão, sua literatura gira em torno do problema do outro, é um conto de alteridade, “uma consciência ao mesmo tempo individual e coletiva, vive o mundo da opressão, mas também o sonho da liberdade” (RAMOS, 2018, p. 247). É uma suprema coragem do escritor, arte é liberdade, como tal se opõe ao mundo da opressão em que vivemos.

Contém arte até mesmo na denúncia social que faz quando da partilha da quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos, o vaqueiro Fabiano desconfia que estava sendo enganado pelo patrão, no entanto, logo diz “tolice, quem é do chão não se trepa” (RAMOS, 2018, p. 185). Mas por vezes protesta contra a arbitrariedade, contra o homem pecuário ao ser preso injustamente por um indivíduo da lei, um soldado. É uma denúncia social contra a opressão ao sertanejo. “Isso não se faz, moço, protestou Fabiano. Estou quieto. Veja que mole e quente é pé de gente” (RAMOS, 2018, p. 65).



CAPÍTULO 9

A LUTA PELA PACIFICAÇÃO DO PAÍS

Reverberou no plenário do parlamento da República, proposta epistolar dirigida a Luís Carlos Prestes, intimando-o a deposição das armas, em troca de garantias e anistia geral a ser votada pelo Congresso. Da tribuna, Batista Luzardo, referiu-se à entrevista concedida pelo padre Cícero para o periódico, *O Ceará*, de Fortaleza e transcrita em *O Jornal*, na capital da República, nela o clérigo cearense confirmou o envio da carta. O parlamentar pelo Piauí, Pedro Borges, mostrou discordância e informou, que:

Os rebeldes saquearam uma fazenda de propriedade de seu pai, roubando tudo, inclusive joias da família. O orador, achando natural a indignação do deputado piauiense, pede-lhe que também dê seu depoimento acerca dos fatos que se relacionam com a morte de Nogueira Paranaguá. Há vários protestos de membros da bancada do Piauí (A GAZETA, 13 ago. 1926).

No Recife, o *Jornal Pequeno*, dedicou-se a publicar os bastidores de conversações na Câmara Federal inerentes à pacificação do país, trazendo diálogos entre deputados. O paulista João Faria, estaria autorizado a negociar com o gaúcho Assis Brasil, considerado o “chefe” civil dos jovens militares rebelados, a anistia aos “revolucionários”. Ademais, o então deputado Washington Luiz, estava na iminência de assumir a Presidência da República a 15 de novembro e gostaria de governar em paz (JORNAL PEQUENO, 28 set. 1926).

Fazendo um amplo inventário das tratativas de um acordo para anistiar os participantes da Coluna Prestes, o noticioso recifense, registrou o argumento de que os revolucionários estavam rebelados em oposição ao autoritário governo do presidente Arthur Bernardes, mas este estava próximo do fim, dessa forma, não haveria mais objeto de contestação por parte dos rebeldes, todos os deputados que participaram da discursão foram favoráveis a um entendimento para pacificação nacional, dentre eles, Ataliba Leonel e Fabio Barreto(SP), Luzardo(RS), Agamenon Magalhaes (PE) e o baiano Octávio Mangabeira (JORNAL PEQUENO, 28 se set. 1926).

Rastreando o mundo político no limiar de 1927, constata-se a permanência das discursões, quais sejam: as relações entre o governo federal e o cangaço de Lampião no combate aos tenentistas rebelados do exército, conforme verificado no discurso proferido por Mauricio de Lacerda, candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro, ‘não sei quem é maior no crime, se Artur Bernardes estabelecendo a legalidade do sertão no Catete, se Artur Lampeão estabelecendo a legalidade do Catete no sertão: - o cangaço a serviço da lei ou a lei a serviço do cangaço’ (A PROVÍNCIA, 18 jan. 1927).

Na década de 1920, os sertões do Nordeste eram palimpsestos em guerra, o que poderá ser melhor compreendido com os conceitos e abordagens da nova his-

tória militar “a inserção da problematização da guerra no âmbito da história das relações internacionais aponta para o reconhecimento de uma perspectiva de investigação que, na sua base, articula-se a uma reflexão intelectual inter ou multidisciplinar” (CARDOSO; VAIFAS, p.126).





CAPÍTULO 10

DESARMAR PARA PACIFICAR OS SERTÕES



Assis Chateaubriand¹ assinou um artigo publicado por *O Jornal*, em que defendia a urgente necessidade de desarmamento dos sertões, como forma de minimizar os malefícios advindos do governo anterior, quando do armamento das populações sertanejas, “cada dia que passa, sem que o governo tome uma iniciativa para desarmar os bandos de celerados, aos quais o governo passado deu fuzis, fuzis-metralhadoras e munições, é um dia perdido para a tranquilidade do Brasil. Em pleno sítio” (O JORNAL, 29 jan. 1927).

O mesmo jornalista afirma que o ponto de vista do ministro Octávio Mangabeira corrobora com sua opinião sobre o desassossego sertanejo, ‘as populações do interior da Bahia temem muito menos as incursões da Coluna Prestes do que os batalhões patrióticos do deputado Francisco Rocha’ (O JORNAL, 29 jan. 1927). Entretanto, a desordem causada pelo destacamento legalista do referido político baiano era extensiva a outras regiões, sobretudo, pela composição dessas forças por elementos possuidores de diversas tipificações de crimes, com destaque para jagunços e cangaceiros.

Há veemente defesa no texto publicado para a tomada de providências capazes de corrigir os equívocos praticados no pretérito, orienta o Presidente ouvir seu ministro das Relações Exteriores, por ele estar apar dessa realidade resultante da decisão de armar jagunços e cangaceiros, o jornalista prosseguiu dizendo que a demência do Sr. Arthur Bernardes pensou transformar bandidos em colunas da legalidade, “o Sr. mangabeira se acha inteiramente no par das depredações, dos saques, dos horrores, perpetrados no seu estado pelo jaguncismo oficializado durante o último quadriênio”, Chateaubriand adicionou outras informações:

Lampeão era um malfeitor de posses limitadas, com um raio de ação restrito e um grupo pequeno de bandoleiros. O governo federal armou-o. Deu-lhe vastos elementos de armas e munições. Improvisou-o em esteio da república. Mandou escrever editoriais na imprensa mercenária do Rio dizendo que o sicário famigerado valia moral e civicamente, dez vezes mais do que qualquer brasileiro revoltado contra o governo concussionário do Sr. Arthur Bernardes (O JORNAL, 29 de jan. 1927).

Dentre os profissionais da imprensa de renome, Assis Chateaubriand não era o único, mas, talvez o que mais combateu o armamento dos sertões, comandou um esforço no sentido de combater o cangaço e desarmar as populações sertanejas. “O cangaceirismo no Nordeste não é um mal agudo, mas sim, uma diátese que é preciso encarar com outros recursos normais, além das carabinas e dos fuzis das polícias agora apontados contra os salteadores” (O JORNAL, 25 jun. 1927).

¹ Assis Chateaubriand ou Chatô, foi jornalista, escritor, advogado, professor de direito, empresário, mecenas e político brasileiro. Destacou como um dos homens públicos mais influentes do Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. Era membro da Academia Brasileira de Letras. Chateaubriand foi um magnata das comunicações no Brasil entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1960, dono dos Diários Associados, que foi o maior conglomerado de mídia da América Latina, que em seu auge contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV.

O texto jornalístico, dizia: “Lampeão teve do governo federal recursos de guerra de toda a sorte e ainda jornalistas e oficiais do exército para erguê-lo à craveira do servidor da pátria” (O JORNAL, 29 de jan.1927). O autor considera ter como consequência macabra, o fato desse cangaceiro andar impunemente afrontando a ordem, as autoridades e justiça de vários estados. Cumpre notar, que o responsável pelo minucioso escrito, rico em detalhes caminhava para uma aproximação política com o novo governo, o de Getúlio Vargas, instalado a partir de 1930. Tornou-se o magnata das comunicações do País.

Por fim, um apelo para cessar o mal da devastação causada pela distribuição de armamentos a bandidos sobre pretexto de combate a Coluna Prestes, “não demore o SR. Washington Luís, mais um dia com a medida da arrecadação dessas armas” (O JORNAL, 29 jan.1927). Era o início de um esforço que durou anos, de desarmar os sertões, que veio ater pouca eficácia. Porém, na Chapada Diamantina (BA), o coronel Horácio de Matos aceitou a proposta, teria arrecadado e devolvido cerca de vinte mil armas, na entrega do último lote foi preso e levado para Salvador, onde morreu assassinado em 1931.

Entretanto, em Nazaré, distrito de Floresta (PE), as determinações no sentido de desarmar a população foram prontamente recusadas, tratava-se dos chamados nazarenos, considerados os maiores inimigos de Lampeão, uma vez desarmados, vislumbravam eles que seriam trucidados e o vilarejo queimado pelo bandido, coisa que o cangaceiro tentou, porém, impedido pelos moradores do local, em ato de bravura e coragem.

O Cariri cearense se constituiu num universo possuidor de inúmeras constelações de fatos, que propiciam a observação do nebuloso mundo político nos sertões da época, verificável na ocasião em que a força de polícia estadual encontrou armas, “apreendeu 19 fuzis Mauser, que viajavam por conta do prefeito de Araripe, coronel Pedro Silvino. Todos os fuzis têm a marca ‘Padre Cícero’ [...] entre os seis condutores dessas armas, viajava um criminoso de homicídio” (A GAZETA, 5 ago. 1926). Não é custoso notar que as armas foram presas, não as pessoas sob proteção do sacerdote.

Também pertenceu a Assis Chateaubriend, a análise política noticiada por *O Jornal*, em editorial concernente a saída da Coluna Prestes do território brasileiro no desabrochar de fevereiro de 1927. Na alegria de anunciar a entrada da Coluna Prestes na Bolívia e conclamar que era hora de agir para a pacificação, são estas as palavras do autor, considerando ser louvável a atitude “destes jovens militares, que se revoltaram e que acabam de depor as armas diante das autoridades bolivianas” (

O JORNAL, 11 fev. 1927). Ressalta, ainda, que Prestes e seus companheiros de luta poderiam passar vários anos em armas, que nenhum exército lhes poderia deitar a mão

Findado o movimento de contestação promovido pelos jovens militares, coube perguntar “não estão vendo Lampeão, antigo aliado do governo passado, com cem fuzis que lhe mandou entregar o Sr. Arthur Bernardes, o que está conseguindo fazer no interior?” (O JORNAL, 11 fev. 1927). Contudo, para este órgão de imprensa, o gesto de Luís Carlos Prestes e dos seus companheiros é um gesto de pacificação. Portanto, “o perigo, para o governo, não está em atrair estes homens à coletividade brasileira, porque celerados, salteadores, são os jagunços que aí estão, de armas na mão, atemorizando o sono da gente ordeira do interior” (O JORNAL, 11 fev. 1927).

Esta experiência vivida no período da Primeira República no Brasil é interessante para se refletir sobre o perigo gerado por governo belicoso, alimentado pelo conflito, baseado no autoritarismo, antagônico do diálogo e da paz. A situação torna-se ainda mais grave, piorada ao extremo, se aliado a essas condições, o Governo possuir caráter com algumas características fascistas, não norteado pela razão e pela ciência, mas pelo negacionismo e obscurantismo.

Dever-se-á dizer que nunca deixará de ser oportuno refutar quaisquer governos que tenham como projeto primordial armar, incentivar ou facilitar a aquisição de armas para seu povo, com a intenção de formar milícias armadas com finalidades político-eleitorais, cujo objetivo é perpetuar-se no poder ou permanecer nele por longo tempo. As lições advindas dessa experiência histórica, nos faz ficar em alerta e prontamente combater todo e qualquer movimento antidemocrático. É que no Brasil criou-se inimigos imaginários para ascender ao poder, ou nele permanecer.

Seguindo as lições de Guimarães Rosa ao dizer que esse negócio de viver é algo muito perigoso. No entanto, se tornará muito mais temerário quando o Estado propõe o armamento da população, mesmo que disfarçado no equivocado discurso de defender as liberdades individuais e a legítima defesa. O risco de gerar violências é extremo, é oportuno lembrar que o governo federal, forneceu armas a Lampeão, com a finalidade deste combater a Coluna Prestes. Entretanto, foi a grande oportunidade que o cangaceiro teve de trocar seu armamento obsoleto por um novo e moderno, suficiente para tocar terror nos sertões por mais doze anos.

Ademais, como já disse o erudito historiador brasileiro: “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra[...] fruto do nosso trabalho ou preguiça” (HOLAN-

DA,2014, p.35), também, poder-se-á dizer que somos resultado de nossas responsabilidades e escolhas, sobretudo políticas, que norteiam nossa condução rumo ao autoritarismo ou ao polo progressista e democrático; uma opção pela fragmentação conflituosa, da barbárie que separa e segrega pessoas, ou a escolha por um projeto de nação inclusiva, pacifista, agregadora, civilizatória e de união nacional. Diante dessas noções, sem padecer do mau do anacronismo, refutamos com veemência, distribuir ou incentivar armas à população, sob quaisquer pretexto.

É sabido que o Brasil no quadriênio de 1922-1926 governou-se sob Estado de Sítio, mas não sem contestação, temática trazida à tona por parte da imprensa nacional, ou seja, não pertencente a chamada legalista, que procurava desconstruir o movimento dos jovens militares que se diziam revolucionários, quando do contraditório elo do governo com Lampião, “um dos jornais que mais se jactam de traduzir o pensamento íntimo do governo, se permitia à ignominia desta comparação: Lampeão é o capitão Luiz Prestes, o capitão Prestes é Lampeão” (O JORNAL, 19 ago. 1926).

A distinção entre ambos é sugerida pelo diário noticioso “Lampeão é um bandido, é um salteador vulgar, um miserável que assassina para roubar, um degenerado, que se fez cangaceiro, afim de, delapidar os bens e tirar a vida dos seus semelhantes.” (O JORNAL, 19 ago. 1926). Ao passo que, “o capitão Prestes, é um revolucionário, e enquanto não for julgado por um conselho de guerra ou um juiz civil, faz parte do Exército Brasileiro” (O JORNAL, 19 ago. 1926). E ainda completa:

A imprensa não tem o direito de escrever isto, por amor, antes de tudo, das classes armadas da nação. Do Exército nacional, que é uma escola de honra, não podem sair Lampeões, para pilhar a fortuna privada. Pode-se dizer que o capitão Prestes, um moço o qual não tem ainda 30 anos, se transviou que ele não deveria ter-se envolvido num motim, que o papel do Exército é preservar a defesa nacional, mas apresentar o chefe dos revoltosos como o concorrente de salteadores e uma vilania que só mostra no anônimo que o escreveu o desconhecimento da caserna brasileira (O JORNAL, 19 ago. 1926).

A relação entre padre Cícero e Lampião não estão restritas a ocasião dos batalhões patrióticos, embora, seja a única data, que se possa afirmar ter existido um encontro presencial entre ambos, mas remonta a acontecimentos pretéritos a esses. Aqui destacamos o caso de Antônio da Piçarra, considerado por muitos o maior coiteiro de Lampião no Ceará, transformou-se em protetor do cangaceiro em função de solução traçada pelo Clérigo. Qual seja, Antônio estava sendo extorquido e ameaçado por Horácio Novais².

² Horácio Novaes, bandido conhecido e temido lá do lado das bandas do Riacho do Navio, sua atuação chegava ao cariri cearense

Antônio da Piçarra pensava em viajar para o Maranhão, porém, mudou de ideia após conversar com padre Cícero que lhe disse, “tá ruim. O que você vai fazer? – eu faço o que o senhor mandar![...] se o senhor mandar esse dinheiro, quando acabar Horácio manda pedir mais. Quando o senhor não tiver mais pra dar, ele lhe mata” (BARROS, 2018, p. 205). Dias depois, chegou à procura do padre, parentes de Lampião que fugiam de Pernambuco sob ameaça de morte. O clérigo deu um cartão a eles e os rapazes foram com a família para a fazenda Piçarra, “aí o padre Cícero me disse que Horácio não podia fazê mais nada comigo, porque a família de Lampião estava na minha fazenda (BARROS,2018, p.205).

Percebe-se uma dualidade de padre Cícero em relação a Prestes e a Lampião, enquanto era acusado de jogar a “máquina de guerra” para cima da Coluna, o sacerdote escrevia para a Coluna Prestes, ganhando a simpatia do movimento tenentista, “Floro fechou o negócio, recebeu mil contos de réis, armas e munições, e partiu para o Ceará, onde reuniu o ‘cangaço’ contra a vontade do padre que, já passando dos 80 anos de idade, não teve energia para se opor a isso” (LIMA,1979, p.244).

O próprio Luís Carlos Prestes, ao ser entrevistado em 1983, afirmou ser aquilo tudo, um jogo de poder deliberado pela alta cúpula da República “Era um choque de projetos políticos e o governo não ia arriscar o poder! O Padre Cícero era um ingênuo bem intencionado” (BARROS, 2018, p.214). No diário de campanha redigido por Lourenço de Lima, ele acusa o recebimento de carta do Padre, ao mesmo tempo, afirma que as articulações do presidente da República foram responsáveis para colocar no Almanaque do Ministério da Guerra, nomes que deveriam constar nos livros das penitenciárias:

Bernardes mobilizou todo o “cangaço” nacional, do sul ao norte, e dos seus maiores façanhudos chefes fez oficiais da reserva do Exército. E assim, esses egressos das cadeias, tipos repugnantes de assassinos, ladrões e estupradores, veem seus nomes figurando no Almanaque do Ministério da Guerra, quando deviam ser inscritos nos livros das penitenciárias [...] Mas, essa inversão da lógica estava de acordo com a época [...] um governo de saqueadores dos cofres públicos, como era o de então, só podia ser defendido por uma horda dessa natureza (LIMA, 1979, p. 244-247).

Pesavam sobre o padre Cícero, acusações de ter feito um plano para destroçar a Coluna Prestes nos sertões nordestinos, sobretudo, de recrutar Lampião para a tarefa. A dualidade da conduta do clérigo dava espaço para todo tipo de especulações. Mas, conforme Luís Carlos Prestes e Lourenço de Lima, tudo aquilo foi arquitetado pelas cimalthas da República, na figura do presidente Arthur Bernardes, eram decisões da cúpula da República e não de um simples pároco.



CAPÍTULO 11

O FIM DA COLUNA PRESTES E SUAS REVERBERAÇÕES



Entretanto, o avanço da grande marcha brasileira, perdeu forças na Bahia, região das lavras diamantinas, na peleja com Horácio de Matos¹, coronel a serviço do governo federal, dispondo um Batalhão Patriótico, composto por jagunços fortemente armados e treinados a combater em consonância com as condições topográficas locais. Foi um grande revés para Prestes e seus companheiros, interrompendo o avanço contínuo, que fazia supor que chegasse a Salvador, obrigando o movimento formular outra tática de luta, forçosamente a Coluna Prestes promoveu um recuo, porém, perseguidos tenazmente durante toda a marcha de regresso, pelos jagunços do coronelato da Chapada Diamantina.

A grande marcha de mais de 25 mil quilômetros chegou ao fim, batalhas com mercenários e tropas do governo. Soldados dizimados pela fome e doenças infecto-contagiosas. A Coluna nunca foi vencida, dos quase 2.000 homens restaram apenas 600, em 2 anos a Coluna foi testemunha da miséria nos sertões do país. O objetivo principal perdeu seu objeto, que era a deposição de Artur Bernardes, restava agora lutar pela mudança na realidade política e social.

No limiar de fevereiro de 1927 estavam exilados em Santa Cruz de La Sierra, o comandante da Coluna Esperança tornou-se lenda. Astrogildo Pereira, um dos secretários do Partido Comunista foi um dos primeiros visitantes no exílio, o jornalista trazia alguns presentes, artigos de Lênin e o manifesto comunista, era o primeiro contato de Prestes com o marxismo.²

Na crise de 1929 a velha república agonizava nas mãos de Washington Luís, Getúlio Vargas lidera um movimento, era necessária uma revolução, mas quem eram os revolucionários? Os tenentistas. O comando das tropas foi oferecido a Luís Carlos Prestes, mas logo Getúlio e seus pares perceberam que seu projeto estava perigosamente radical, ao contrário dos demais tenentistas, Prestes não participa do governo de Getúlio Vargas instalado em 1930.

E o que houve de concreto de combates entre a Coluna Prestes e o cangaceiro Lampião? Na prática, algo restrito à batalha do Cipó em Pernambuco, aqui já citado, ambos sabiam que seus inimigos eram outros. É bem verdade que Lampião incorporou dos forasteiros as noções de guerra que lhe eram úteis. Mas, para a rica e fértil arte da gesta dos poetas populares, Lampião travou com a Coluna Prestes o maior dos combates, nos sertões do Nordeste do Brasil. Para a gesta poética não

¹ Horácio de Matos foi chefe de verdadeiro exército de jagunços, envolvendo-se em diversas lutas armadas ao longo da vida - inclusive de forma capital na perseguição à Coluna Miguel Costa-Prestes. Foi intendente de Lençóis, então rico centro mineiro, Senador estadual, verdadeiro símbolo do coronelismo que pautou a política brasileira durante a República Velha. ² *O Velho - A História de Luiz Carlos Prestes*. Yuriabyazacosta. Youtube. 07 out. 2011. 1 h 44min 34s. Disponível em: < <https://youtu.be/1u02uqMK6Ek>>. Acessado em: 18 jan. 2021.

reinam dúvidas, nem contradições, vejamos parte da transcrição conforme consta em Mello (2012):

Quando o exército revoltoso
Pelo Nordeste passou,
Três batalhões patrióticos
Padre Cícero organizou
E a um desses batalhões,
Que defendiam os sertões,
Lampião se incorporou.

Lutando com os rebeldes
Achava-se um batalhão
Patriótico do Juazeiro,
Quando chegou Lampião
Com seu grupo terrorista,
E ali, se fez legalista,
Entrando logo em ação!³

Eis a riqueza da gesta poética, do cordel ou da dita poesia popular. Além da arte que lhe era imanente, os poetas de gesta eram os grandes comunicadores do sertão, pois transitavam de feira em feira, atravessando diversas localidades, levando e trazendo notícias, e, não devemos esquecer dos ciganos que faziam algo semelhante, ambos se constituíam em fontes de informações no sertão naquela época.

A década de 1920, o Brasil viveu um cenário de guerra. Para estudá-la devemos adotar novidades como as sugeridas por Sanches (2010), na adoção de uma perspectiva interdisciplinar, seguida pela relativização da história militar como a proposta de novos objetos e abordagens. Uma outra novidade seria uma certa “antropologização” que emerge da história militar. Através das várias fontes, fizemos algumas citações da época, que constitui numa forma de abrir algumas janelas do tempo para o passado.

³ MELLO, Frederico Pernambucano. *Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros*. São Paulo: Escrituras Editora, 2012.p. 98.





CAPÍTULO 12

PALAVRAS FINAIS



O sertão se descortina como palco privilegiado de nossa análise, cenário de investigação das relações de poder que resultaram na incorporação aos destacamentos de guerras móveis, chamados de batalhões patrióticos, criados pelo governo federal para dar conta no combate à Coluna Prestes quando de suas travessias pelos sertões nordestinos, entrementes envolvidos numa conjuntura conflitiva, a década de 1920, que setores da sociedade elegeram como tema de emergência: transformações sociais, políticas e lutas pela cidadania.

Esta obra comporta algumas partes nitidamente delimitadas pelo tema e pelo método. A primeira faz uma construção historiográfica desde o “cerco vexatório” a Teresina, a marcha à posteriori seguiu rumo ao Ceará, onde o deputado Floro Bartolomeu convidou e o cangaceiro Lampião aceitou tornar-se “legalista”. Ao incorporar-se nos batalhões patrióticos, recebendo das mãos de Padre Cícero, armamentos e munições do exército, suficiente para este cangaceiro aterrorizar os sertões por mais 12 anos.

Por circunstâncias advindas da morte do deputado Floro Bartolomeu, Padre Cícero se envolveu entre Luís Carlos Prestes, Lampião e o governo federal, o que resultou para o clérigo um espólio de encrencas que lhe atormentou por muito tempo. Ressaltamos que a ideia de recrutar coronéis com seus respectivos jagunços no combate aos tenentistas não passou despercebido dos jornais na imprensa nacional, mas o maior destaque foi dado à participação do cangaceiro Lampião.

Esta repercussão chegou até o Congresso Nacional, por várias oportunidades, os tribunos se dedicaram a debater o assunto em plenário. A experiência do sertanejo diante da Coluna Prestes não foi de aproximações, mas de afastamentos, tendo como principal motivo, o que para graciliano Ramos, consistia no maior crime do sertão, o roubo de cavalo do sertanejo, o que era praticado pela Coluna de militares rebelados, através das chamadas requisições compulsórias. Outra questão levantada pelos jornais e que reverberou no parlamento, foi um esforço no sentido do governo federal recolher o armamento que distribuiu no sertão. Desarmar para pacificar o país, entretanto, sem efeito prático.

Cumprir notar, que a Coluna Prestes já havia sofrido baixas, porém, o maior obstáculo foi enfrentar o coronelato de Horácio de Matos na Chapada Diamantina (BA), forçando os “revoltosos” promover um regresso até o exílio na Bolívia, no limiar de 1927, era o fim da Coluna Prestes. Já nos sertões, Lampião continuava a exercer domínio de extensas áreas através do banditismo de terror que promovia um bandoleiro avaro e bom financista, um tipo de cangaço profissional.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos* (novo ensaios de teoria da história). Prefácio de Temístocles Cezar. São Paulo: Intermeios, 2019, 276 p.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2014, 208 p.
- BARROS, José D' Assunção. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. 358 p.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. 3 ed. Revista e ampliada, 2018, 280 p.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.75
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. " Em que pensam os historiadores?". Em Jean Boutier e Dominique Julia (org.). In: *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1998, p.41-42. Primeira edição em francês em 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. 5 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012. 344 p.
- CASTRO, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí: a república do vintém*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 257 p.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 384p.
- CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião: o rei do cangaço*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...*. Rio de Janeiro, ed. Coelho Branco, 1956.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, s.d.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette - Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DELEUZE, Giles; GUATARRI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- FERRAZ, Marilourdes. *O Canto do Acauã*. Recife, Editora Rodovalho de Guias Especiais Ltda, 1978.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, 267 p.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p.13

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-RIO, 2012. 368 p.

PROST, Antonie. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008, p. 76.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Revista – Campinas, SP: editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes, Marchas e Combates*, 3 ed. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 1979.

LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2020. 144p.

_____. *Fontes históricas*. In: Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). 3.ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*; prefácio de Gilberto Freyre. 5 ed. São Paulo: A girafa, 2011.

Benjamin Abrahão: entre anjos e cangaceiros. São Paulo: Escrituras Editora, 2012.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018. 320 p.

_____. *Viventes de Alagoas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 270 p.

RÉMOND, René. *Uma história presente*. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 22 ed. São Paulo: companhia das letras, 2019, 559 p.

SANCHES, Marcos Guimarães. *A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira*. Revista Brasileira de História Militar. n. 1, 2010, p.1-13.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017, 646 p.

TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1976.

JORNAIS

A Gazeta, São Paulo, SP
A Noite – Rio de Janeiro, RJ
A Província – Recife, Pernambuco
Diário de Notícias, Salvador, Bahia
Diário de Pernambuco, Recife
Jornal A Tarde, Salvador, Bahia
Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, RJ
Jornal do Recife– Pernambuco
Jornal Pequeno – Recife, Pernambuco
Jornal O Ceará – Fortaleza, CE
O Globo – Rio de Janeiro, RJ
O Imparcial – Rio de Janeiro, RJ
O Jornal – Rio de Janeiro, RJ

VÍDEOS DE DOCUMENTÁRIOS

Academia Brasileira de Letras. Seminário Brasil, brasis: Imagens do Brasil. 58 min 21 s. Disponível em: <https://youtu.be/LB02bBzZYXE>. Acesso em: 23 out. 2021.

O Velho - A História de Luiz Carlos Prestes. Yuriabyzacosta. Youtube. 07 out. 2011. 1 h 44min 34s. Disponível em: < <https://youtu.be/1u02uqMK6Ek>>. Acessado em: 18 jan. 2021.

Roda Viva | Luís Carlos Prestes | 1986. Roda Viva. YouTube. 13 ago. 2020. 1h 56min 34s. Disponível em :< <https://youtu.be/aKkCysZb0V0>> . Acesso em: 18 jan. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Armas 14, 16, 21, 26, 37, 50, 54, 58, 59, 60, 61, 62

B

Brasil 12, 13, 14, 20, 21, 40, 44, 47, 54, 58, 60, 61, 64, 65, 69, 70, 71

C

Cangaceiro 13, 17, 26, 27, 32, 36, 37, 46, 47, 59, 60, 61, 64, 68

Ceará 13, 16, 26, 31, 36, 37, 40, 45, 46, 54, 61, 62, 68, 71

Coluna 12, 13, 14, 16, 21, 24, 26, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 41, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 62, 64, 68, 69, 70

Combate 13, 16, 31, 32, 36, 37, 46, 47, 54, 59, 68

D

Deputado 13, 14, 24, 26, 27, 30, 31, 37, 41, 44, 45, 46, 47, 54, 58, 68

G

Governo 13, 14, 16, 21, 26, 30, 31, 37, 38, 40, 44, 47, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 68

Guerra 13, 16, 26, 31, 40, 45, 47, 54, 55, 59, 61, 62, 64, 65, 70

H

História 12, 13, 14, 15, 16, 37, 47, 54, 55, 65, 69, 70

J

Janeiro 12, 20, 30, 36, 38, 54, 69, 70, 71

Jornal 31, 37, 41, 44, 47

Juazeiro 26, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 40, 41, 65

L

Lampião 13, 16, 17, 20, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 46, 47, 51, 54, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 69

M

Movimento 12, 13, 16, 17, 20, 21, 44, 50, 51, 60, 61, 62, 64

N

Nacional 13, 14, 31, 54, 61, 62, 68

Nordeste 12, 13, 20, 21, 24, 26, 37, 38, 40, 44, 46, 50, 54, 58, 64, 65, 70

P

Padre 26, 30, 31, 36, 37, 38, 41, 45, 46, 59, 62, 65, 68

Pernambuco 24, 31, 32, 36, 37, 40, 51, 62, 64, 71

Prestes 12, 13, 14, 16, 17, 21, 24, 26, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 41, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 68, 69, 70, 71

R

República 13, 14, 16, 21, 26, 30, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 47, 54, 60, 62, 64

S

Sertões 12, 13, 16, 20, 21, 26, 30, 32, 37, 41, 44, 54, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 68, 69

SOBRE O AUTOR

HELISSANDRO ROCHA DA SILVA

Professor graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB-UFPI).

A COLUNA PRESTES E LAMPIÃO

UMA PELEJA NOS SERTÕES DO NORDESTE DO BRASIL

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
WhatsApp: 91 98885-7730
CNPJ: 39.242.488/0001-07
R. dos Mundurucus, 3100, 66040-033, Belém-PA

